

A casa, a quitanda e a “venda”: os limites da escravidão na literatura do séc. XIX

Flávia Amparo*

RESUMO:

O presente artigo pretende analisar as ideologias e discursos a respeito do papel desempenhado pelos africanos e seus descendentes na sociedade escravista do séc. XIX, buscando mapear os espaços da cidade que marcam os limites da escravidão e compreender as contradições dos discursos pré e pós-abolicionista no Brasil. Para esse diálogo com as questões históricas foram escolhidos três autores da Literatura: Joaquim M. de Macedo, José de Alencar e Machado de Assis, que trabalham em suas obras o tema da alforria e da Abolição da escravidão.

Palavras-chave: Escravidão. Abolição. Machado de Assis. José de Alencar. Joaquim M. de Macedo.

A América, terra da liberdade, tornou-se por mais de três séculos o reduto da escravidão africana e o lugar onde esta mais firmemente se introduziu e vigorou. Brasil e Estados Unidos disputaram por algum tempo o título de última nação escravocrata do mundo, demérito que, aliás, coube ao Brasil, sendo levado adiante por mais 25 anos, após o Ato de Emancipação assinado por Abraham Lincoln, em 1863.

As marcas da escravidão também ficariam registradas na literatura de ambos os países, em especial no séc. XIX, em que houve uma maior pressão da sociedade pela libertação dos escravos, assim como se configurou no cenário mundial uma mudança do modelo econômico, conduzida pelos interesses ingleses. Nos EUA, o romance de Harriet Stowe, *A cabana do Pai Tomás* (1852), não apenas denunciou as atrocidades do regime escravocrata, como serviu de panfleto revolucionário no decorrer da Guerra de Secessão, com mais de 500 mil exemplares vendidos e muitas traduções para outras línguas.

Apesar de o protagonista do romance de Stowe, o “Pai Tomás”, exemplificar a figura romantizada do escravo bom e fiel, capaz de atos de extremo heroísmo e de virtude, o livro refuta a ideia de que o bom trato do escravo seria suficiente para aplacar as mazelas da escravidão. O discurso de uma das personagens do livro, a Sr.^a Shelby, expressa bem como o pacto entre senhores e servos podia ser rompido pelas contingências da vida. Ao saber que o marido negociou seus escravos mais diletos para saldar uma dívida, a mulher desabafa:

Maldita escravidão! E eu que pensava que se podia fazer alguma coisa em favor deles... Vejo, agora, que nada adianta. Compreensão e bondade são inúteis. O mal está na própria escravidão, e tudo o que se faça para suavizá-la é ainda um mal. Senhores e escravos, tanto uns como outros, são uns desgraçados (STOWE, 2002, p. 28).

Provavelmente Harriet Stowe construiu sua obra calcada numa experiência pessoal ao presenciar em Ohio, às margens do rio que fazia a separação entre este estado e o do Kentucky, as várias levas

de negros, fugitivos das fazendas de tabaco e algodão, da margem oposta. Sua família acolheu muitos desses homens e mulheres que atravessavam o rio, em busca da liberdade, num longo e perigoso trajeto em direção ao Canadá, principal rota de fuga dos escravos americanos, caminho que também seria trilhado no romance pelos personagens Elisa e Harry.

É fato curioso que, muito antes do livro de Stowe, a *Revista Niterói* (1836), publicação que inaugurou o Romantismo brasileiro, discutisse os males da escravidão e as diferenças entre o trabalho livre e o escravo tomando como ponto de partida o contraste entre as duas margens do Rio Ohio. O artigo “Considerações econômicas sobre a escravatura” é de autoria de Francisco de Sales Torres-Homem, um dos primeiros afrodescendentes a alcançar destaque em cargos importantes no Império, como o de Ministro da Fazenda.

Torres-Homem constrói sua argumentação contra a escravatura analisando a história romana e a de outros povos, contrapondo a mão de obra servil à livre. Segundo ele, as sociedades que aceitaram a escravidão como motor da economia, tanto as do passado quanto as da sua época, provocaram a estagnação dos modelos produtivos e incentivaram a indolência dos homens livres, a partir do momento em que o trabalho, no contexto escravocrata, passava a ser um meio indigno de sobrevivência. Portanto, se o Brasil pretendia modernizar-se e equiparar-se às nações europeias, deveria buscar outro modelo econômico.

Pela sua influência soporífera sobre as faculdades industriais dos proprietários, obra sem dúvida a escravatura como um grande mal; mas neste ponto não se esgotam as suas consequências relativamente à riqueza e prosperidade do país. Em resumo; a escravatura após si arrasta os seguintes inconvenientes: 1º a inércia das classes livres; 2º a dificuldade da emigração dos colonos Europeus, que de modo algum querem expor a concorrer com escravos; 3º a impossibilidade do uso das máquinas; 4º o estado de pobreza da nação, pela limitada produção, e pela imperfeição dos produtos, resultado da indolência e incapacidade do escravo; 5º a lentidão da marcha da população (TORRES-HOMEM, 1836, p. 82).

No artigo de Torres-Homem observamos qual teria sido a fonte de inspiração do autor e também, posteriormente, da obra de Harriet Stowe: o livro de Alexis de Tocqueville, *A democracia na América*. Torres-Homem usa uma citação do historiador francês, que trata da oposição entre os dois modelos econômicos existentes nos Estados Unidos, tomando como exemplo dessa dicotomia a distinção entre as duas margens do Rio Ohio. A divisão estratégica observada por Tocqueville é simbolizada pelo Kentucky, representante do sul escravista, e por Ohio, industrializado e de mão de obra livre, como ícone desenvolvimentista dos estados do Norte. A sagaz observação do historiador francês antecipava, portanto, o conflito de interesses que seria o principal motivo da Guerra Civil americana, ocorrida quase 30 anos após a publicação de sua obra.

A servidão tão cruel para o escravo é ainda mais funesta ao senhor. Esta verdade recebe a última confirmação, quando se chega às margens do Ohio. [...] Os dois Estados somente em um ponto se discriminam: Kentucky admitiu escravos; Ohio os repeliu do seu território.

O viajante, que posto no meio do rio, deixa-se levar da corrente até a sua embocadura no Mississipi, navega entre a liberdade e a servidão, e por pouco que lance os olhos em derredor de si, ajuíza instantaneamente, qual das duas coisas é a mais favorável à humanidade. No lado esquerdo divisa-se de quando em quando uma banda de escravos percorrendo, com ar morno e descuidado, terras quase desertas: a floresta primitiva reaparece a cada passo: dir-se-ia, que

a sociedade dorme: o homem parece engolfado na ociosidade, e só a natureza oferece ali a imagem da atividade, e da vida. Do lado direito, pelo contrário, levanta-se um confuso bulício, que proclama de longe a presença da indústria; ricas searas cobrem os campos; elegantes edifícios anunciam o gosto, e desvelos do lavrador; de todas as partes a abundância se revela; o homem mostra-se contente; ele trabalha (TOCQUEVILLE, 1835 apud TORRES-HOMEM, 1836, p. 52).

Na citação de Tocqueville, vemos a contradição entre os dois modelos econômicos: enquanto a escravidão induz o servo a certa lassidão, a mão de obra livre demonstra maior eficácia nos meios de produção. Pela ótica capitalista, o trabalho assalariado não só ampliava os rumos da produção, ao determinar o salário conforme as horas efetivamente trabalhadas, como também desonerava o patrão das responsabilidades com o empregado, além de possibilitar a criação de um mercado consumidor.

Torres-Homem também apontou a escravidão como um dos fatores de distorção do sentido da palavra “trabalho” na sociedade, em especial a brasileira, incentivando a “inércia das classes livres”, uma vez que toda a atividade laboral passava a ser vista como algo indigno, principalmente para as camadas sociais mais abastadas. Em oposição a essa inércia, o articulista destaca o espírito empreendedor dos americanos do Norte. Essa exaltação do *self-made man* casa-se perfeitamente com as origens do Ministro. Em sua biografia, consta que era filho de um ex-padre comerciante e da negra forra Maria Patrícia, quitandeira do Largo do Rosário (PINASSI, 1998, p. 35).

O comércio do Rio de Janeiro era uma das inspiradoras carreiras que prometiam ascensão econômica não só para os comerciantes brancos que montavam negócios na Corte, mas também para os negros e pardos forros que se enveredavam pela atividade comercial. Estudos recentes revelam o papel privilegiado que as negras minas exerceram como quitadeiras pelas ruas do Rio de Janeiro. Formaram redes de influência a partir do comércio rentável e da acumulação de bens, que lhes permitiram não apenas a compra de sua própria liberdade e de seus compadrios, como a aquisição de escravos de ganho, ampliando seus negócios.

Os pesquisadores Carlos Soares e Flávio Gomes revelam em sua pesquisa a importância da atividade comercial das africanas quitadeiras no Rio de Janeiro no séc. XIX, com especial destaque para a criação de uma identidade de grupo:

Mas o que levava as africanas minas a optarem tão concentradamente pela ocupação de vender quitandas? O pequeno comércio era uma atividade muito rentável. Os minas, a partir de 1835, e talvez antes disso, formaram uma comunidade que, mesmo sem estar fechada a contribuições de outros africanos, tendia a formar um grupo com identidade própria, autoprotetor, e que se reunia em sigilo, nas sombras da noite, ou nos subterrâneos da cidade (SOARES; GOMES, 2011, p. 208).

Segundo a historiadora Sheila de Castro Faria, as negras-minas “mantiveram-se como elite, capazes de articulações específicas para se libertar do cativo, enriquecer e se tornarem visíveis aos olhos da sociedade escravista.” (FARIA, 2011, p.105). Ainda assim, essa visibilidade só poderia ser legitimada a partir do momento em que os cabedais adquiridos pudessem elevar um dos membros da família, normalmente os filhos, à qualidade de licenciado, detentor de um diploma universitário e/ou de um cargo público no Império, como foi o caso de Torres-Homem e também de José do Patrocínio, filho da quitandeira Justina Maria do Espírito Santo (LOPES, 2006, p. 140).

Charles Ribeyrolles, em seu *Brasil Pitoresco*, ainda observa, na década de 1850, a atividade das negras minas pelas ruas do Rio. Com o olhar de estrangeiro, critica a forma rude como essas quitadeiras tratavam seus escravos.

Há também as negras vendedoras, matronas do lugar, patrícias da manga e da banana, com seu rosário de chaves. Essas damas mercadoras têm seus escravos que lhes arrumam as quitandas, vigiam, vendem ou vão colocar seus grandes cestos nas esquinas das ruas frequentadas, tentando a curiosidade do passante. Não acrediteis que essa aristocracia do comércio negro, que tem prerrogativas e patentes, se deixe arrastar pelas suaves e santas piedades a ponto de socorrer os pés descalços da África, seus irmãos ou irmãs. Ela é avara e implacável. Só ama e compreende o dinheiro, e os próprios portugueses a respeitam em negócios (RIBEYROLLES, 1980, p. 203 apud FARIA, 2011, p. 101).

Machado de Assis, na década de 1880, também retrata, num dos capítulos das *Memórias póstumas*, como o ex-escravo Prudêncio, outrora servo de Brás Cubas, não só adquire escravos para si como castiga duramente um deles diante do público. Questionado por Brás, que se depara com a cena, Prudêncio revela ao antigo senhor a causa do castigo: “- É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.” (ASSIS, 1985, p. 582)

O episódio acima transcrito, retirado do capítulo “O vergalho”, revela dois espaços que vão marcar tanto os meios de sobrevivência quanto os de resistência dos negros forros e dos escravos de ganho na cidade do Rio de Janeiro: a quitanda e a venda. Prudêncio, liberto do jugo da escravidão, envereda-se no comércio, adquirindo dinheiro suficiente para comprar escravos e ampliar os ganhos de sua quitanda. Por sua vez, o africano, subjugado pelo branco ou pelo próprio negro, encontra na venda o espaço de resistência e de fuga de uma realidade que lhe é avessa. Fora da casa dos senhores, a quitanda e a venda seriam respectivamente as duas pontas da vida dos negros no espaço urbano: o espaço do trabalho e o espaço do lazer/ócio.

Na reflexão machadiana, ao contrário das considerações de Ribeyrolles, o ex-escravo reproduz as regras aprendidas no seio da sociedade. Assim como era permitido ao homem livre a aquisição de mão de obra servil, uma vez forro, o ex-escravo subia um degrau na sociedade, o que, segundo as regras vigentes, lhe dava permissão para explorar o trabalho de outrem que ocupasse uma escala considerada inferior a sua.

Brás Cubas, protagonista do romance machadiano, representa a outra ponta da sociedade brasileira. Sendo um dos membros da elite fluminense, herdeiro de uma grande fortuna, o personagem gasta a maior parte de seu tempo nos espetáculos e saraus da alta sociedade, quando não perambula pelas ruas do Rio, atrás de uma casinha na Gamboa onde possa cometer adultério em paz. Necessita, aliás, de muitas distrações em seu vasto tempo livre, sustentando-se unicamente com a herança familiar, sem produzir nada para o país, tal como havia denunciado Torres-Homem em seu artigo. A vida de ócio seria lembrada por Brás no saldo das compensações da vida, que marcam o desfecho do romance: “coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto”. (ASSIS, 1985, p. 639). O personagem, por sua vez, também é produto da escalada social brasileira, se avaliarmos sua “Genealogia”, título do terceiro capítulo do romance machadiano.

O fundador de minha família foi um certo Damião Cubas, que floresceu na primeira metade do séc. XVIII. Era tanoeiro de ofício, natural do Rio de Janeiro, onde teria morrido na penúria e na obscuridade, se somente exercesse a tanoaria. Mas não; fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, o licenciado Luís Cubas. Neste rapaz é que verdadeiramente começa a série de meus avós – dos avós que a minha família sempre confessou (ASSIS, 1985, p. 515).

O trecho revela o quanto o trabalho braçal era considerado desonroso para a sociedade brasileira, a ponto de as famílias abastadas esconderem suas origens modestas e buscarem a legitimação da árvore genealógica a partir de figuras mais privilegiadas, como a do intelectual validado pela formação acadêmica, de preferência, nas universidades europeias. A própria definição de burguesia feita no romance machadiano revela a escalada social do burguês em busca de privilégios e não de uma reforma social humanitária.

Quem não sabe que ao pé de cada bandeira grande, pública, ostensiva, há muitas vezes várias outras bandeiras modestamente particulares, que se hasteiam e flutuam à sombra daquela, e não poucas vezes lhe sobrevivem? Mal comparando, é como a arraia-miúda, que se acolhia à sombra do castelo-feudal; caiu este e a arraia ficou. Verdade é que se fez graúda e castelã... Não, a comparação não presta (ASSIS, 1985, p. 518).

Uma vez adquiridos o capital e o prestígio, a força motriz do trabalho é transferida para as mãos de indivíduos menos cotados socialmente, sejam brancos ou negros. D. Plácida, por exemplo, será escrava do favor e dos amores de Brás e Virgília, aviltada na função de alcoviteira em troca dos cinco contos de réis. Precisava submeter-se a isso ou, então, seguir a lida do trabalho, escolha sempre mais onerosa, a queimar os dedos nos tachos de doce.

A literatura brasileira do séc. XIX deixou transparecer as várias etapas da escalada social e o longo caminho percorrido pelo escravo até a assinatura da Lei Áurea. A proibição do tráfico negreiro e as leis que garantiram a liberdade dos cativos com mais de sessenta anos e dos filhos de escravos não foram recursos de uma gradativa liberdade, mas formas de prolongamento da escravidão.

Nem sempre os discursos antiescravagistas na literatura revelaram uma simpatia pela causa do negro. Em muitas obras, como as publicadas a partir da década de 1850, o escravo aparece como figura nociva e corruptora do seio familiar, principalmente aqueles nascidos no Brasil e criados como agregados no interior da casa de famílias de alta classe.

José de Alencar, defendendo os valores da “vida íntima” e contrastando-os com a corrupção dos costumes nas ruas afrancesadas do Rio, escreve a peça “O demônio familiar”. O título da obra é uma alusão ao escravo Pedro, cria da casa de Eduardo e Carlotinha, que trama várias intrigas na família em busca de um cargo de cocheiro. Na visão alencariana, o escravo-dêmonio, ao conviver entre o bulício das ruas e o ninho familiar, atenta contra a índole moral das pessoas da casa e profana o que Alencar chama de: “templo da felicidade doméstica”. Sendo logrado pelos ardis do escravo, Eduardo faz a seguinte declaração: “É a consequência de abrigarmos esses répteis venenosos, que quando menos esperamos nos mordem o coração” (ALENCAR, 19-- , p. 20).

Assim, o escravo passava a ser visto como um “demônio familiar”, corruptor da harmonia doméstica, quer por “ignorância”, quer por “malícia”. A punição pelos seus crimes, tal como o banimento do Jardim do Éden, seria a sua expulsão do ambiente “sagrado” da casa de seus senhores. O discurso de Eduardo bem define o preconceito da sociedade escravista em relação à índole do negro

Eu o corrijo, fazendo do autômato um homem; restituo-o à sociedade, porém expulso-o do seio de minha família e fecho-lhe para sempre a porta de minha casa. (A Pedro) Toma: é a tua carta de liberdade, ela será a tua punição de hoje em diante, porque as tuas faltas recairão unicamente sobre ti, porque a moral e a lei te pedirão uma conta severa de tuas ações. Livre, sentirás a necessidade de trabalho honesto e apreciarás os nobres sentimentos que hoje não compreendes [...] E agora, meus amigos, façamos votos para que o demônio familiar de nossas casas desapareça um dia, deixando o nosso lar doméstico protegido por Deus e

por esses anjos tutelares que, sob as formas de mães, esposas e de irmãs, velarão sobre a felicidade de nossos filhos (ALENCAR, 19--., p. 48).

O desfecho da peça alencariana ecoa de maneira profética, como sentença de condenação. O serviço doméstico passaria a ser visto como um “benefício” que desobrigava o escravo do trabalho pesado que lhe era destinado. O criado, servo nascido na casa de seu senhor, seria banido do espaço familiar, mas deixaria sua marca na etimologia da palavra. As atividades domésticas, por sua vez, sendo consideradas obrigações “suaves”, não receberiam a atribuição de “trabalho”, podendo até ficar a cargo dos “anjos tutelares da casa” – mãe, esposa, irmã. Em algumas famílias tradicionais, continuariam sob a tutela de uma criada, sendo esta muitas vezes recompensada unicamente por um salário simbólico ou pelo apreço de viver na companhia de seus “senhores”. Não é coincidência o fato de encontrarmos, ainda hoje, os resquícios da servidão em muitos vínculos trabalhistas, em especial, os relacionados ao trabalhador doméstico na sociedade brasileira.

Em 1869, Joaquim Manuel de Macedo ratifica o pensamento alencariano ao publicar o romance *As vítimas algozes*, reforçando a ideia de que ser abolicionista no Brasil nem sempre implicava no reconhecimento das injustiças praticadas contra os negros, muito menos no de seus direitos de cidadão. No romance, Macedo opta pela estratégia do medo para alertar os leitores do perigo que os negros representavam. No interior da casa, segundo o autor, tinham acesso privilegiado à vida particular das famílias e recolhiam informações preciosas que podiam ser levadas para o “antro” da cozinha ou, ainda, para a “venda”. Esta seria, segundo Macedo, o reduto dos quilombolas e dos escravos que conspiravam contra os seus senhores. Assim o escritor descreve tal ambiente:

A venda é o espelho que retrata ao vivo o rosto e o espírito da escravidão. Se não fosse, se não se chamasse venda teria outros mil nomes no patuá do escravo; seria uma casa no deserto, um sítio nas brenhas; estaria na gruta da floresta, em um antro tomado às feras, mas onde iria sempre o escravo, o quilombola, vender o furto, embriagar-se, ultrajar a honra do senhor e de sua família, a quem detesta, engolfar-se em vícios, ouvir conselhos envenenados, inflamar-se em ódio, e habituar-se à ideia do crime, filho da vingança; porque o escravo, por melhor que seja tratado, é, em regra geral, pelo fato de ser escravo, sempre e natural e logicamente, o primeiro e mais rancoroso inimigo do seu senhor (MACEDO, 1869, p. 9).

“Simeão, o crioulo”, uma das três historietas que compõem o livro de Macedo, enumera todas as malícias e sevícias do elemento escravo. Comparado ao cômico e travesso Pedro, de “O demônio familiar”, Simeão supera, e muito, o perfil levemente malicioso forjado por Alencar. Seu caráter moral nada tem de “autômato”, antes se reveste de um espírito calculista e dissimulado que planeja cruelmente as suas ações até dar cabo de toda a família de seu senhor.

Macedo também destaca a “venda” não apenas como espaço de lazer e ócio, mas como o ambiente mais pernicioso criado pelo regime escravocrata. Segundo o autor, os vendeiros fomentavam as atividades ilícitas dos escravos e lucravam com a receptação de produtos roubados da casa de seus senhores, o que fazia da venda um território livre para onde afluíam os quilombolas e para onde os demais servos iam se embriagar, fugir dos compromissos do trabalho e/ou planejar ações criminosas. É na venda que Simeão encontra o “Barbudo”, personagem que o auxiliará na vingança final contra os seus donos.

A perspectiva de Joaquim Manuel de Macedo é maniqueísta: de um lado senhores benevolentes e ingênuos, de outro, servos vingativos e perniciosos. As duas outras histórias que compõem o livro

de Macedo, “Pai-Raiol, o feiticeiro” e “Lucinda, a mucama”, evocam mais duas vertentes do elemento escravo – a religiosa e a sexual - que assombravam o imaginário das famílias brasileiras.

O aparato moral é tão evidente que cada uma das histórias do livro se encerra com uma conclusão, tão moralizante quanto temível. Na primeira delas, a de “Simeão, o crioulo”, podemos verificar que, apesar de o escritor falar contra a escravidão, a justificativa usada busca criminalizar a figura do escravo, apontando-a como um mal que deve ser extirpado do interior das casas brasileiras.

Se quereis matar Simeão, acabar com Simeão, matai a mãe do crime, acabai com a escravidão [...] há só uma força que vos pode livrar dos escravos ingratos e perversos, dos inimigos que vos cercam em vossas casas. É a força santa do carrasco-anjo: é a civilização armando a lei que enforque para sempre a escravidão (MACEDO, 1869, p. 143).

No romance, o maniqueísmo permanece na divisão espacial do sobrado, com destaque para dois ambientes que vão representar a tensão entre senhores e servos e alcançar dimensões simbólicas: a sala e a cozinha. Simeão irá transitar pelos dois lugares, confrontando as ações e os discursos de ambas as vertentes, deixando-se criar como um ser híbrido e abstruso. Percebe-se claramente a descrição dos cômodos da casa como espaços antitéticos no jogo de poder.

Havia para ele na casa de seus amorosos senhores um céu e um inferno: na sala o néctar da predileção e da amizade, na cozinha o veneno da inveja e o golfão dos vícios: na cozinha a negra má e impiedosa castigou-lhe as travessuras e exigências incômodas e apadrinhadas pelos senhores (MACEDO, 1869, p. 27).

Alijado do projeto nacionalista do Romantismo, o negro ficou à margem dos discursos da sociedade, decidida a bani-lo do interior da casa ou a exilá-lo em ambientes restritos da geografia familiar, como a cozinha, que se torna uma espécie de senzala urbana. Esse aposento da casa funcionava quase como um anexo nos sobrados, segundo Symanski, “ficava apartada ou totalmente separada da casa, principalmente nos núcleos residenciais das classes abastadas” (1998, p. 73).

Gilberto Freyre já havia registrado essa transformação do espaço familiar a partir de uma gradativa mudança da “paisagem social”, destacando os “quartos de criado”, normalmente próximos à cozinha dos sobrados, como novos espaços de segregação dos negros: “Quando a paisagem social começou a se alterar, entre nós, no sentido das casas-grandes se urbanizarem em sobrados mais requintadamente europeus, com as senzalas reduzidas quase a quartos de criado” (FREYRE, 1981, p. xli).

Impressiona o fato de que, à medida em que os africanos e seus descendentes vão conquistando determinados espaços na sociedade fluminense e as leis ou o poder aquisitivo vão permitindo sucessivamente as alforrias, mais se acirram os ânimos e as falas preconceituosas na sociedade. Cada vez mais o negro passou a assumir papéis fora da casa, principalmente como “escravos de ganho”, muitos já se responsabilizando pelo seu sustento e moradia e tornando à casa do senhor apenas para prestar contas do seu trabalho.

Aos poucos, seja pela maior independência/resistência dos negros ou por uma questão de demarcação do *status quo*, as famílias fluminenses mais abastadas, em especial as da corte, começaram a substituí-los pelo imigrante, principalmente nas atividades de foro doméstico. Machado de Assis também captura esse episódio em *Quincas Borba* ao descrever as transformações da criadagem do capitalista Rubião, que deixa a sua província natal, em Barbacena, para morar num casarão em Botafogo.

O criado esperava teso e sério. Era espanhol; e não foi sem resistência que Rubião o aceitou das mãos de Cristiano; por mais que lhe dissesse que estava acostumado aos seus crioulos de Minas, e não queria línguas estrangeiras em casa, o amigo Palha insistiu, demonstrando-lhe a necessidade de ter criados brancos. Rubião cedeu com pena. O seu bom pajem, que ele queria pôr na sala, como um pedaço da província, nem o pôde deixar na cozinha, onde reinava um francês, Jean; foi degradado a outros serviços (ASSIS, 1985, p. 643).

A expressão “degradado a outros serviços” define bem o papel que o escravo passaria a assumir na sociedade, revelando uma dupla exclusão: não apenas depauperado pela escravidão, como também destinado a atividades cada vez mais aviltantes. Mesmo antes de 1888, fora do âmbito doméstico, o negro alforriado entraria em disputa com os imigrantes até mesmo pelos cargos mais simples, ficando sempre em larga desvantagem.

Antes dessa substituição, porém, uma outra obra de Machado, anterior a *Quincas Borba*, captura mais um momento emblemático da transição do trabalho escravo para o livre, só que numa transposição relacionada à mudança de papel do próprio escravo. No romance *Iaiá Garcia*, de 1878, o personagem Raimundo sente-se ofendido quando seu senhor resolve lhe dar a carta de alforria: “Vendo-se livre, pareceu-lhe que era um modo de o expelir de casa, e sentiu um impulso atrevido e generoso. Fez um gesto para rasgar a carta de alforria, mas arrependeu-se a tempo” (ASSIS, 1985, p. 394).

Contrariando o perfil traçado por Stowe, Macedo e Alencar, o narrador machadiano afirma que, a partir daquele momento, houve um pacto entre o senhor e o servo, que os uniu para sempre. Chega a dizer que “as relações domésticas os tinham feito amigos” (ASSIS, 1985, p. 395). Parece contraditório que Machado pudesse crer em tal consórcio amigável, após os acirrados debates na sociedade que o desencorajavam.

Antonio Candido, avaliando a obra machadiana, nota as suas sutilezas ao tratar das complicadas relações humanas no seio da sociedade: “Pessoalmente, o que mais me atrai em seus livros é um outro tema: a transformação do homem em objeto do homem, que é uma das maldições ligadas à falta de liberdade verdadeira, econômica e espiritual. Este tema é um dos demônios familiares de sua obra” (CANDIDO, 1977, p. 28).

Pensando na ideia de liberdade e no tema destacado por Candido, da exploração do homem pelo próprio homem, quem seria verdadeiramente livre na casa de Luís Garcia, pai de Iaiá, a protagonista do romance machadiano? Raimundo, Estela e Luís Garcia representam algumas facetas da escravidão humana: a afetiva, a econômica e a social. Raimundo rejeitava a liberdade pelo apego ao antigo dono, Luís empenhara a sua palavra a uma família mais abastada que a sua, e Estela tornara-se cativa dos favores econômicos obtidos da matrona Valéria. Brancos depauperados, escravos e agregados estavam enredados na intrincada teia senhorial da sociedade fluminense e essa temática da liberdade cerceada é ponto-chave da obra machadiana.

A única senhora da casa parece ser Iaiá Garcia, cujo nome, aliás, reproduz o título senhorial na sociedade escravista: Iaiá – sinhá – senhora. A partir do momento em que se casa com Jorge, membro de uma família privilegiada, Iaiá legitima sua ascensão social, rompendo com os vínculos de favor aos quais era obrigada a se submeter, mas não sem se livrar dos liames sociais a que precisaria se render para ser entronizada na alta sociedade.

Poderíamos concluir, então, que, numa sociedade estratificada, somente os privilégios das classes abastadas garantiriam acesso à felicidade e à autonomia do indivíduo. O olhar machadiano, no entanto, opõe senhores e servos em outros quesitos relacionados à (falta de) liberdade. Num dos

capítulos de *Helena*, romance publicado em 1876, o personagem Estácio, filho do Conselheiro Vale, exalta os privilégios que os benefícios econômicos podem conceder ao homem. Enquanto cavalga ao lado de Helena, o rapaz observa o escravo que caminha no campo, a chupar laranjas, e usa essa imagem para ilustrar suas ideias em favor do capital. Segundo ele, os bens poderiam comprar até o próprio tempo. Aliás, o verbo “valer”, que introduz seu discurso, parece ser o emblema de vitória da família “Vale”:

Valem muito os bens da fortuna, dizia Estácio: eles dão a maior felicidade da terra, que é a independência absoluta. Nunca experimentei a necessidade; mas imagino que o pior que há nela não é a privação de alguns apetites ou desejos, de sua natureza transitórios, mas sim essa escravidão moral que submete o homem aos outros homens. A riqueza compra até o tempo, que é o mais precioso e fugitivo bem que nos coube. Vê aquele escravo que ali está? Para fazer o mesmo trajeto que nós, terá de gastar, a pé, mais uma hora ou quase (ASSIS, 1985, p. 296).

Estácio partilha do pensamento capitalista que procura quantificar os valores da vida, influenciado pela sentença do *time is money*, crendo que o dinheiro pode controlar mesmo os elementos que fogem ao controle e à vontade do homem. A resposta de Helena, no entanto, desnuda as relações entre os indivíduos numa sociedade estratificada: a guerra dos apetites e das ambições vai tornando o homem um escravo dos liames econômicos e sociais. A adequação do indivíduo aos padrões do capitalismo revela a aceitação tácita das engrenagens de poder que vão atando-lhe as vontades. Helena diz:

Tem razão, disse Helena: aquele homem gastará muito mais tempo do que nós em caminhar. Mas não é isto uma simples questão de ponto de vista? A rigor, o tempo corre do mesmo modo, quer o desperdicemos, quer o economizemos. O essencial não é fazer muita coisa no menor prazo; é fazer muita coisa aprazível ou útil. Para aquele preto o mais aprazível é, talvez, esse mesmo caminhar a pé, que lhe alongará a jornada, e lhe fará esquecer o cativo, se é cativo. É uma hora de pura liberdade. [...] Uma laranja chupada no capim e três ou quatro quadras, é o bastante para lhe encurtar o caminho. Creia que vai feliz, sem precisar comprar o tempo. Nós poderíamos dizer o mesmo? (ASSIS, 1985, p. 297-8).

A fala de Helena também parece antever a nossa época, em que o tempo, matéria da vida, é quase todo empenhado na captação de dinheiro para o consumo desenfreado e para a aquisição de parafernálias tecnológicas, fadadas à obsolescência, que são logo substituídas por outras mais modernas. O *self-made man*, exaltado no discurso de Torres-Homem, tornar-se-ia vítima da sociedade de consumo, escravo das leis de produção, cada vez mais eficientes para o sistema e mais extenuantes para o indivíduo.

O tema da transformação do escravo em homem livre voltaria à tona numa crônica machadiana, publicada em 1888, alguns dias após a assinatura da Lei Áurea. Livre do cativo, o escravo Pancrácio recebe a proposta de seu senhor de permanecer na casa em troca de um parco salário, o que prontamente aceita. Porém, diante dos amigos e da imprensa, o patrão se apropria do discurso abolicionista *post-factum*, com o único propósito de angariar votos para a sua candidatura de deputado, enquanto continua submetendo Pancrácio a ofensas e castigos corporais (ASSIS, 1979, p. 489).

O nome do escravo – Pancrácio – é uma das grandes ironias machadianas, pois tanto significava “parvo, simplório”, na fala coloquial da época, quanto “todo-poderoso”, na etimologia grega da palavra. “Pancrácio” seria também o nome de uma antiga luta grega na qual todos os golpes eram permitidos,

desde que se colocasse o adversário sem nenhuma possibilidade de defesa. A partir da dubiedade do nome do escravo, Machado denunciava as artimanhas do sistema escravista, que submetia os negros libertos a um perverso esquema de “favor” e a uma forma ainda mais cruel de escravidão, sem qualquer possibilidade de defesa. A dominação passava a ser silenciosa e sutil, concedendo ao negro o *status* de homem livre e, aparentemente, oferecendo-lhe um poder de escolha e uma vantagem pecuniária. Contudo, os meios de submissão permaneciam inalterados, mesmo os castigos físicos continuavam a ser praticados no seio doméstico.

Assim como escravagistas se “converteram” em abolicionistas *post-factum*, Joaquim Nabuco relata fenômeno inverso, após a publicação da Lei Áurea, em relação ao discurso de muitos ativistas do abolicionismo: “a corrente abolicionista parou no dia mesmo da Abolição e no dia seguinte refluía” (NABUCO, 1998, p. 204).

Em *Esau e Jacó*, romance publicado em 1904, Machado introduziria um discurso arrevesado acerca da liberdade na boca do jovem republicano e abolicionista Paulo, um dos gêmeos de Natividade: “A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco” (ASSIS, 1985, p. 992).

Pronunciado em São Paulo, logo após a Abolição da escravatura, o discurso é dirigido à aristocracia paulista, naquele momento absorvida com a leva de imigrantes que supria a mão de obra em suas fazendas de café e impedia a “onda negra”, a migração de trabalhadores negros, de estados vizinhos, para São Paulo.

Os paulistas buscavam, portanto, “servos brancos” para se tornarem a força motriz das fazendas e, em contrapartida, colaboravam para o processo de “branqueamento” da população brasileira. Em documento da Secretaria de Agricultura de São Paulo, publicado em 1915, podemos verificar um dos motivos que levaram o estado a estabelecer a vinda de imigrantes para atender às demandas de mão de obra:

Como que desde então já se lutava virtualmente contra a solução do problema de mão de obra por meio do elemento servil, afastando essa solução, desprezando-a, para cogitar de outro modo mais nobre de promover o engrandecimento da Pátria. Bem se pode afirmar que aos olhos daqueles homens tinha luzido que o Brasil podia vir a ser etnicamente mais complexo do que era então (SECRETARIA, 1915, p. 5).

No romance de Machado, ao saber do discurso de Paulo, Natividade logo adverte o filho sobre o perigo de emitir opiniões próprias, temerosa de vê-lo perder o cargo de deputado. Mas o narrador logo acrescenta seus comentários irônicos e sutis em relação à frase, contestando a autoria de certas ideias e discursos que passaram a circular no Brasil na época da Abolição:

Nem sempre as mãos atinam. Não atinou que a frase do discurso não era propriamente do filho; não era de ninguém. Alguém a proferiu um dia, em discurso ou conversa, em gazeta ou em viagem de terra ou de mar. Outrem a repetiu, até que muita gente a fez sua. Era nova, era enérgica, era expressiva, ficou sendo patrimônio comum. Há frases assim felizes. Nascem modestamente, como a gente pobre; quando menos pensam, estão governando o mundo, à semelhança das ideias. As próprias ideias nem sempre conservam o nome do pai; muitas aparecem órfãs, nascidas de nada e de ninguém. Cada um pega delas, verte-as como pode, e vai levá-las à feira, onde todos as têm por suas (ASSIS, 1985, p. 992).

O que Machado parece nos dizer é que muitos dos que militaram contra a escravidão traziam interesses dos mais variados, que, muitas vezes, não correspondiam a um ideal de liberdade ou de garantia dos direitos humanos. Por trás da bandeira grande e pública da causa abolicionista foram hasteadas milhares de outras bandeiras particulares que a sobrepujaram. Definitivamente as frases de efeito marcaram os discursos que ainda hoje lemos, e passaram a governar o mundo. Por outro lado, as ideias, órfãs e esvaziadas, seguiram sem uma aplicação prática, e continuaram expostas na feira pública, a serviço de uns e de outros, como escravas dos caprichos individuais dos homens.

Os discursos e as ideias que pudemos filtrar das obras literárias de Alencar, Macedo e Machado trouxeram muitos dados sobre o lento processo de libertação dos escravos no Brasil do século XIX e sobre a natureza complexa das relações de poder que vão se estabelecer em alguns espaços da cidade: a casa, a quitanda e a venda - lugares destinados à segregação racial ou à reconquista de uma identidade de grupo.

Se no interior da casa das elites brasileiras, o negro permaneceu aprisionado, mesmo após a Abolição, nos limites da cozinha, nas ruas da cidade ele soube criar outros espaços que lhe pudessem servir de resistência ou de reexistência. Sob um olhar mais criterioso, podemos concluir que a “venda” se constituía como território livre, para onde o escravo afluía, enquanto a quitanda se tornava a principal fonte de lucro dos negros alforriados e dos recém-libertos, de forma a garantir não só a sobrevivência, mas também a ascensão social.

Como as relações são sempre muito mais complexas do que podemos supor, a ambiguidade desses espaços também fica evidente, quando percebemos que a adoção do modelo econômico capitalista se valia do sistema de exploração do trabalho servil, mesmo quando ex-escravos se tornavam administradores de negócios, em especial, das quitandas. Da mesma forma, a venda se transformava em espaço ambíguo, gerador de dependência financeira, pelas dívidas que o escravo passava a acumular com o vendeiro, o que poderia desencadear a prática de furtos como paga pelos favores obtidos.

As estruturas de favor, ainda vigentes na sociedade brasileira, colaboraram com a permanência de velhos hábitos, remanescentes do regime escravocrata, que afetaram a todos: brancos e negros. A exploração do outro, escravo ou livre, tornou-se um meio comum para a manutenção dos favores e privilégios sociais, reproduzindo os mecanismos de exclusão e legitimando as ideologias de permanência, de modo a alargar o espectro da dependência política e econômica do país.

The house, the greengrocery and the tavern: the spaces of slavery in the Brazilian literature of the 19th century

ABSTRACT

This article aims to analyze the ideologies and discourses about the condition of the Africans and their descendants in the slave society of Brazil in the 19th century, seeking to reveal the complexity of social relations in the period, map the spaces of the city that mark the boundaries of slavery and understand the contradictions of the discourses that occurred before and after the Abolition in Brazil. To dialogue with the historical questions, were chosen three authors of Brazilian Literature: Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar and Machado de Assis, who will discuss in their works the theme of manumission and abolition of slavery.

Keywords: Slavery. Abolition of slavery. Machado de Assis. José de Alencar. Joaquim Manuel de Macedo.

Nota explicativa

* Professora Adjunta III de Literatura Brasileira da Universidade Federal Fluminense.

Referências

- ALENCAR, José de. *O demônio familiar*. Belo Horizonte: GERMAPE, 19--.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. vol I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.
- _____. *Obra completa*. vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979.
- CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras – as pretas-minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850). In: SOARES, Mariza de Carvalho. *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2011. p. 101-135.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981.
- LOPES, Nei. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2006.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1869.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1998.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980 apud FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras – as pretas-minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850). In: SOARES, Mariza de Carvalho. *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2011. p. 101-135.
- SECRETARIA da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *A imigração e as condições de trabalho em São Paulo*. Departamento Estadual do Trabalho; Seção de informações. São Paulo: Typographia Brasil, 1915.
- SOARES, Carlos Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. Negras-minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no Séc. XIX. In: SOARES, Mariza de Carvalho. *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2011. p. 193-226.
- STOWE, Harriet Beecher. *A cabana do pai Tomás*. São Paulo: Ediouro, 2002.
- SYMANSKI, Luís Claudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no séc. XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. Livro dois: volume segundo. Paris: Charles Gosselin Bookstore, 1835. Apud TORRES-HOMEM, Francisco de Sales. Considerações econômicas sobre a escravatura. In: *Nitheroy, revista brasiliense: ciencias, letras e artes*. Paris: Krishna e Fontaine, livreiros, t. 1, n 01, 1836. PP. 35-82.
- TORRES HOMEM, Francisco de Sales. Considerações econômicas sobre a escravatura. In: *Nitheroy, revista brasiliense: ciencias, letras e artes*. Paris: Krishna e Fontaine, livreiros, t. 1, n 01, 1836. p. 35-82.

Recebido em: 16 de outubro de 2013

Aprovado em: 11 de abril de 2014